

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE O PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados,
Exmos. Senhores Membros do Governo,

De um Plano e Orçamento para os Açores espera-se, legitimamente, que assinale escolhas políticas, que defina prioridades, que trace rumos concretos, que resolva problemas estruturais no sentido de uma determinada visão do desenvolvimento.

De um Plano e Orçamento para os Açores espera-se que dê também respostas a problemas imediatos e dê passos decididos para superar dificuldades de conjuntura.

Ora, a verdade é que, Senhores Deputados, estes documentos não satisfazem, infelizmente, estas legítimas expectativas, nem dão resposta a um conjunto de questões essenciais para os açorianos e para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável social e economicamente mais justo.

Este Plano não traça rumos, em vez disso, apenas dispersa apoios para consolidar dependências e clientelas e satisfazer corporações.

Este Plano não enfrenta problemas conjunturais e estruturais, em vez disso, apenas tenta aplicar paliativos para adiar dificuldades.

Este Plano não toma decisões nem faz escolhas, limita-se a perpetuar a mesma receita de sempre, desejando que esta, por simples acto de vontade, se revele como o que nunca foi: eficaz para garantir o desenvolvimento harmónico dos Açores.

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados,
Exmos. Senhores Membros do Governo,

De facto, perante as dificuldades da produção regional e o estrangulamento da criação de riqueza nos Açores, o que o Governo propõe é a continuação do investimento no desmantelamento no sector produtivo.

Apesar de assumir a necessidade de redinamizar a nossa economia, estimulando a produção e o comércio de bens e serviços, a verdade é que para além de não se vislumbrarem medidas e investimentos decisivos, como seriam, por exemplo, a redução significativa dos custos dos transportes marítimos e aéreos, continuam, ao invés, a direccionar-se milhões e milhões de euros para a cessação da actividade agrícola e piscatória e para o resgate leiteiro!

Perante a quebra dos rendimentos e consequente retracção do consumo, o Governo continua a não propor medidas que possam aumentar, de forma directa, o rendimento disponível dos açorianos, bem como reduzir os custos de contexto no nosso mercado interno.

Perante a preocupante progressão do desemprego, o governo reduz as verbas destinadas aos programas de emprego e nada propõe para o fomento e defesa do emprego. Esta Prioridade ao emprego”, a verdade é esta parece estar muito mais em termos do princípio do que propriamente em medidas concretas de eficácia atestada. O emprego era já a questão prioritária em 2009, sem que se tenham sentido quaisquer consequências palpáveis em termos de resultados, bem pelo contrário. Para piorar a situação, os programas específicos para esta área apresentam uma redução comparativa acentuada de investimento previsto, relativamente ao ano anterior.

Continuam a não se vislumbrar medidas que, para além de fomentarem a criação de emprego, possam proteger o emprego existente. Faltam as medidas para combater as dificuldades das pequenas e médias empresas, que constituem o essencial do tecido empresarial da Região.

Perante a necessidade da repartição socialmente equilibrada dos rendimentos e das dificuldades, o que o Governo propõe resultará, uma vez mais, em sacrifícios para os mesmos!

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados,

Exmos. Senhores Membros do Governo,

A actual crise e o crescimento do desemprego que lhe está associado exercem um peso esmagador sobre os trabalhadores açorianos.

Pressão sobre os seus rendimentos, mas também, pressão sobre os seus direitos. O argumento da crise e a necessidade de manter o emprego a todo o custo têm servido para os obrigar a aceitar piores remunerações, menos direitos, mais precariedade, mais exploração, mais sacrifícios.

Assistimos, nos últimos tempos, a um ataque cerrado aos direitos dos trabalhadores nos Açores, como se fossem estes os responsáveis pela situação desastrosa a que chegámos. Um ataque em múltiplas frentes, ao qual não são alheias a actuação, as escolhas e o discurso do Governo Regional!

Desde o caso do despedimento colectivo dos trabalhadores da segurança aeroportuária que exerceram o direito à greve – um processo em que o governo não está, longe disso!, isento de responsabilidades –, à introdução na Região dos processos de lay-off, como sucedeu no Hotel das Furnas em São Miguel, a que já se seguiram mais duas outras empresas – em que uma empresa apoiada por benefícios e incentivos regionais demonstra total desrespeito pelos direitos dos seus trabalhadores, os exemplos são muitos.

Tenta instalar-se uma campanha que visa responsabilizar quem trabalha pelos problemas dos Açores e utilizar o estafado argumento da crise para os sacrificar ainda mais.

É neste sentido que vêm as afirmações recentes por parte de vários representantes da esfera empresarial que pretendem eliminar o complemento regional ao salário mínimo.

Alegam estes empresários, de forma perfeitamente disparatada e inaceitável, que é esta magra compensação a responsável pelas dificuldades sentidas pelas empresas nos Açores. Querem fazer esquecer que essa compensação existe justamente por causa dos baixos salários que continuam a ser praticados na nossa Região e talvez nem se lembrem que quanto pior for o poder de compra das famílias piores serão os resultados das empresas.

Mas, sobretudo, o que estes empresários não querem mesmo lembrar, nem aceitarão, com certeza, é que se toque, nos benefícios que recebem em sede de IRC e outros auxílios criados no âmbito do combate à crise.

Esta posição reflecte bem o egoísmo anti-social de um determinado sector que pretende empurrar para os outros todos os sacrifícios e conservar para si todos benefícios do desenvolvimento económico, continuando a engordar à conta da crise.

Esta postura merece uma resposta muito clara e firme por parte deste Parlamento e das forças políticas nele representadas. Pela parte do PCP Açores, sabem com o que podem contar: a mais determinada oposição a qualquer medida que vise retirar direitos e agravar as condições de vida dos açorianos!

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados,
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Este é um Plano e Orçamento que corresponde às opções do Partido Socialista tem adoptado nos últimos anos, com resultados que estão longe do que seria expectável e desejável. Para os problemas que enfrentamos, a receita proposta é a de “mais do mesmo”. Uma receita com a qual não estamos de acordo, e que, tal como está, não vai, certamente, contribuir para desagravar as dificuldades sentidas, dia a dia, pelos açorianos.

Estes são os factos e, perante eles, não temos a pretensão de refazer um documento que, legitimamente, compete ao Governo apresentar. Mas não estamos autorizados a desistir. O PCP não desiste nem desistirá, não abdica nem abdicará, não renuncia nem renunciará a tentar, por todos os meios ao seu alcance, de melhorar a vida das açorianas e dos açorianos.

E por isso, apresentaremos propostas que, sem serem milagrosas soluções para o que consideramos serem algumas das insuficiências deste orçamento e desta governação, serão passos. São contributos que visam esboçar novos rumos, anular injustiças e dar um impulsionar decisivamente a superação de obstáculos ao nosso desenvolvimento. Assim o cremos e assim esperamos que seja reconhecido este esforço do PCP Açores, enquanto oposição que não



apenas critica e denuncia mas, responsável e construtivamente, propõe. Uma oposição consequente e com consequência.

Disse.

25 de Novembro de 2009

O Deputado Regional do PCP

Aníbal Pires